

A que História o IHGRN pretende prestar contas?

Natal, 2 de agosto de 2023

Esta semana, nós, estudantes de licenciatura e bacharelado em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tomamos ciência do evento que circula pelas redes, como um indigesto convite: o prefeito Alvaro Dias, conhecido representante das oligarquias do estado, dos empresários da SETURN e do bolsonarismo potiguar, médico que replicou a orientação pelo uso de cloroquina e ivermectina durante a pandemia que ceifou 700.000 mortes de brasileiros por covid-19, foi convidado a lançar seu livro no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: “A escravidão Indígena e a História não contada.” O evento está sendo pensado para acontecer na quinta-feira, 03 de agosto, às 17h.

O Centro Acadêmico de História da UFRN (CAHIS), em diálogo com os vários estudantes estupefatos com a notícia, decidiu reunir algumas considerações, acerca do prefeito – estas, já bastante notórias entre a classe trabalhadora e a juventude natalense, que sente na pele todos os dias os efeitos da política de ódio aos pobres que Álvaro Dias representa –, mas, sobretudo, do IHGRN – uma instituição tão pouco aberta às demandas dos estudantes em formação, e que, repentinamente, surge como espaço escancarado para eventos que reproduzem a velha tradição acadêmica de masturbação intelectual por parte de membros da elite.

O senhor Álvaro Dias(atualmente no Republicanos) está ocupando o cargo de prefeito de Natal, desde 2018, quando assume o lugar de Carlos Eduardo (PDT), e é reeleito em 2020, durante a pandemia, sob alegações de uso da máquina pública para distribuição de cestas básicas e ativação de programas sociais vinculados a compromissos políticos – coisa que já é conhecida em nosso estado, mas que se torna ainda mais desumana diante de uma população que voltou ao mapa da fome, à fila de ossos e a comer animais silvestres, como lagartos.¹ As alegações, jamais investigadas, por sua vez encontram materialidade evidente, quando o próprio prefeito colocou seu filho, Adjuto Dias, na coordenação da SEMTAS (Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social). Hoje Adjuto é deputado estadual (MDB).

1

<https://ujc.org.br/familias-do-rn-se-alimentam-de-lagartos-e-restos-de-carne-a-que-se-deve-o-retorno-da-fome/>

É importante destacar, porém, que a grande marca de Álvaro Dias na prefeitura de Natal não se resume ao nepotismo. O prefeito, que esteve à frente durante todo o período pandêmico, assistiu à população trabalhadora desamparada e a vida do povo natalense em risco e tomou providências para o lucro do grande empresariado que controla sua gestão. Nesse sentido, conivente com a barbárie apresentada pelo governo federal, incentivou o tratamento sem comprovação científica, por meio de cloroquina, e, especialmente, ivermectina. No mesmo período, foi responsável pela legitimação dos interesses empresariais do Sindicato dos Empresários do Transporte Urbano (SETURN), cartel de empresas de ônibus da Região Metropolitana de Natal, quando assinou os seguintes compromissos:

1. Redução da frota para 70%², em um momento em que, mesmo diante da redução de circulação por determinados fins (como lazer e cultura), foi permanente o deslocamento por trabalho. Nesse sentido, a saída recomendada do isolamento social deveria se replicar, no âmbito do transporte coletivo, como um aumento de frotas direcionadas a evitar lotações. O que ocorreu foi justamente o contrário, em nome dos lucros da SETURN.
2. Decretado fim da gratuidade do idoso e meia entrada de estudante.³ Dando sequência ao projeto de precarização das condições de vida da classe trabalhadora, o prefeito decreta algo inconstitucional: o fim do direito à gratuidade do idoso e da meia entrada estudantil, em meio à pandemia e ao aumento de dificuldades relativas ao deslocamento, por parte da população mais pobre. Quem é que o prefeito permitiu e impediu de se deslocar pela cidade, com essa medida?
3. Foram anunciadas várias mudanças de rota e extinção de linhas de ônibus de forma arbitrária⁴, que prejudicaram e reduziram o acesso à cidade, sobretudo para moradores de regiões periféricas. Aqui, é importante notar como se trata de um projeto em curso, que iniciou durante a pandemia e segue extinguindo os serviços.
4. A prefeitura anunciou, na volta às aulas presenciais da UFRN, via Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU), a cobrança de tarifa pelo uso do Circular. Tal medida, que significaria a implementação de catracas e a mercantilização do uso

2

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/03/19/com-90-mil-passageiros-a-menos-frota-de-onibus-e-reduzida-durante-quarentena-do-coronavirus-em-natal-diz-sttu.ghtml>

3

<https://diariodotransporte.com.br/2021/03/08/natal-rn-suspende-gratuidade-em-onibus-para-idosos-e-passe-de-estudante-em-horarios-de-pico/>

4

<https://www.novonoticias.com.br/mais-de-30-linhas-de-onibus-foram-suspensas-desde-o-inicio-da-pandemia/>

de um transporte absolutamente fundamental para o grosso dos estudantes chegarem à universidade – muitas vezes depois de terem pegado já dois ônibus –, só foi barrada após intensa mobilização estudantil, em momento que fomos cercados e violentados pela guarda municipal, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e cassetetes.

5. O prefeito Álvaro Dias foi o principal articulador da revisão do Plano Diretor de Natal, processo que ocorreu à revelia dos preceitos democráticos, em meio ao auge da pandemia, marcado por fraudes e compra de votos, pela agressão a movimentos sociais de luta por moradia e pela participação dos grandes grupos empresariais da construção civil. O Plano Diretor aprovado retrocedeu em relação a garantias sociais historicamente conquistadas pela população natalense, como as Áreas Especiais de Interesse Sociais (AEIS), medidas responsáveis por frear, dentro do possível, a especulação imobiliária em regiões de alto interesse financeiro, ocupadas tradicionalmente pelas populações originárias – como a Vila de Ponta Negra, Santos Reis, Mãe Luiza, Brasília Teimosa etc. Também foram desmontadas as políticas de preservação ambiental e os limites estruturais para a construção de edifícios. Todas essas medidas atendem às reivindicações do Moura Dubeux e demais especuladores imobiliários, bilionários que sequer vivem em nossa cidade. E nossos problemas crônicos, de engarrafamento nas pontes, de ausência de moradia, de ausência de serviços acessíveis nos bairros? A quem interessou esse Plano Diretor?
6. A última investida do prefeito foi o anúncio de aumento da passagem de transporte coletivo. Este, que, há três anos, vem sendo sistematicamente sucateado, reduzido e cada vez mais lotado, subsidiado por isenção fiscal a nível municipal e estadual, terá aumento na sua tarifa. Não é preciso dizer muito, além do fato de que, há 10 anos, quando explodiram pelo Brasil as mobilizações pelo passe livre, possuíamos uma tarifa de R\$2,00. Nesse período, ela dobrou. Nenhuma promessa de melhoria estrutural foi cumprida, ao mesmo tempo em que temos estudos que atestam subida no preço das tarifas de transportes acima da inflação.⁵ Ou alguém pega ônibus com ar condicionado, wifi, poltronas e equipamentos novos?

Os pontos citados são apenas uma expressão tímida do impacto da prefeitura de Álvaro Dias, direcionada para a burguesia e seus interesses. Não mencionamos, por falta de espaço, ainda, os descasos com os trabalhadores e usuários da educação pública do município, ou mesmo no âmbito da saúde, cujos trabalhadores estão inclusive em greve, neste

⁵ <https://pcb.org.br/portal2/28299>

momento. Fica escancarado, portanto, o legado de Álvaro Dias, na História do povo potiguar: mais um representante das classes dominantes e das oligarquias, peça-chave no desmonte de direitos da classe trabalhadora e da juventude.

Pensemos, agora, no que convém ao IHGRN, que tão prontamente atendeu aos anseios narcísicos do prefeito, e promoveu o lançamento de um livro que afirma “a história não contada”. Em primeiro lugar, enquanto estudantes de História, muito nos dói assistir a uma instituição, a qual carrega uma responsabilidade social tão grande, pelos documentos que reúne e pelo papel que deve cumprir com a memória do povo potiguar, rebaixar-se a esse nível. O único motivo legítimo para o aparecimento de Álvaro Dias no IHGRN é para prestar contas sobre o desmantelamento histórico da cidade da qual é prefeito.

Em segundo lugar, cabe apontar um espanto no gesto do Instituto. Nós, graduandos em História, costumamos ter muita dificuldade de sequer acessar cópias digitalizadas de obras constantes no acervo do IGHRN – para não dizer a possibilidade há anos negligenciada de abertura de concursos e vínculos de estágio para trabalharmos na organização do acervo documental, pela abertura de visitas presenciais e pela implementação do espaço, enquanto efetivo propagador de debates científicos sobre a História do nosso Estado.

É importante lembrar, nesse momento, o papel que cumpriram os Institutos Históricos e Geográficos, especialmente o nacional – IHGB –, desde sua criação, ainda no século XIX, durante o Segundo Reinado. Conta-nos o historiador Manoel Salgado:

“A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. E de novo uma certa postura iluminista - O esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade - que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro.” (SALGADO, 1988)⁶

Essa postura iluminista, denunciada por Salgado, parece encontrar sua imagem e semelhança no evento de quinta-feira. Dando as costas para historiadores, estudantes e pesquisadores com respaldo científico, o IHGRN parece buscar a continuidade de um legado aristocrático, escravocrata e elitista da Academia brasileira – parece buscar o retorno ao período em que a tarefa dos filhos das elites era se formar em Direito ou Medicina e, ao final da vida, escrever livros de História baseados na própria cabeça fantasiosa e saudosista do tempo da Escravidão. Que propriedade tem Álvaro Dias, um médico que nega a ciência, para tamanha concessão sobre a memória de povos que diariamente o prefeito faz questão de negligenciar? E a que história, contada e não contada, o IHGRN quer prestar contas? É a

⁶ Artigo publicado na Revista Estudos Históricos, com o título: *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*

mesma que imortalizou aqueles que apagaram a presença de indígenas e negros no nosso Estado?

Nosso mais sincero repúdio,

Centro Acadêmico de História da UFRN.